



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 86

TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	5701
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	5706
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	5709
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	5749
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	5769

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

INDICE DE ADVOGADOS	I
---------------------	---

IZALVI BARRETO DA SILVA 1 0000313-1/400

### DISTRIBUICAO

QUADRAGESIMA QUARTA AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 14, RISTF).  
AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

RELATOR : MI 0000313-1/400 DF  
IMPT : MIN. MOREIRA ALVES  
ADV. : LAFAYETE MARTINS DE AGUIAR E OUTROS  
IMPDO : IZALVI BARRETO DA SILVA  
IMPDO : PRESIDENTE DA REPUBLICA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. MOREIRA ALVES		1		1
TOTAL		1		1

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUICAO.....SONIA MARIA DE CARVALHO BARROS, DIRETORA DO SERVICIO DE DISTRIBUICAO, PUBLICIDADE E ESTATISTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIARIO.

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
Presidente

## Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

Pet.: PG-STF 9.325 (Ref.: ADIn 427-1)

Repte.: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Adv.: Ophir Filgueiras Cavalcante).Reqdo.: Presidente da República. Interessado: Marcello Lavenère Machado.  
DESPACHO: 1. Aguarde-se o retorno dos autos do M.P.  
2. Após, venham-me conclusos com esta petição.

Brasília, 30 de abril de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

ADIn 497-2 - DF

Repte: Governador do Estado do Rio de Janeiro(Adv.: Eduardo Seabra Fagundes e outro) Reqda: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Despacho:- Junta-se o teor das leis cujos dispositivos são impugnados, bem como daquelas a que fazem eles remissão.

Publique-se.  
Brasília, 2 de maio de 1991.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI  
Relator

AC 1.325-5 - PR

Autores.: Ruy Costa da Rocha Loures e outros (Adv.: E. D. Moniz de Aragão e José Guilherme Vilella). Réu.: Estado do Paraná (Adv.: José Manoel de Macedo Caron e outros).

DESPACHO: Indique o réu - Estado do Paraná -, no prazo de dez (10) dias, as peças, que deseja sejam trasladadas, dos autos relativos ao recurso extraordinário 98.561, ora apensados.

Brasília, 29 de abril de 1991.

Ministro MOREIRA ALVES  
Relator

Pet.: PG-STF 9.626 (Ref.: Inq.: 506-1)

Autor: Ministério Público Federal. Indic.: Gerson Marcondes.

Interessado: Antonio Carlos de Carvalho Pinto.

DESPACHO: 1. Aguarde-se o retorno dos autos do M.P.  
2. Após, venham-me conclusos com esta petição.

Brasília, 30 de abril de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

SE 4.181-2 - Confederação Suíça

Repte.: Erocilda Dufour, em solteira Erocilda da Rosa Pinto (Adv.: Gil Barroca de Almeida). Reqdo.: Lucien André Dufour.



**DESPACHO:** Expeça-se a carta de sentença com observância do que dispõem o art. 349 do Regimento Interno e o art. 590 do Código de Processo Civil.

Brasília, 25 de abril de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Vice-Presidente no exercício da  
Presidência  
(art. 14 - RISTF)

CE 4.523-1 - República Federal da Alemanha  
Repte.: John Dick Fleming (Adv.: Cesar Borges  
Rodrigues). Reqdas.: Anette Rehfeld e Anette Fleming.

**DECISÃO:** - Corrija-se a autuação, para que a requerida conste também como requerente (ver fls. 3 e procuração de fls. 20).

Após, vista a Procuradoria-Geral da República.  
Publique-se.  
Brasília, 29 de abril de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência  
(art. 14, RISTF)

#### MANDADO DE SEGURANÇA

RMS 21.305-1 - DF

Recte.: Sindicato Nacional dos Aeronautas (Advs.: Frederico Henrique Viegas de Lima e outros e Regilene Santos do Nascimento e outro). Recdos.: Ministro do Trabalho e Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil.

**DESPACHO:** 1. Ao Ministério Público Federal.  
2. Publique-se.

Brasília, 26 de abril de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

MS 21.321-3 - DF

Impte.: Marcos Antônio Guiraldeli, (Advs.: Mauro Antônio Cardoso e outros). Impdo.: Presidente da República.

**DESPACHO:** 1. Indefiro o pedido de liminar, porquanto, no caso, não se apresenta a hipótese de que do ato impugnado possa resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.  
2. Solicitem-se informações, no prazo legal.

Brasília, 02 de maio de 1991.

Minsitro MOREIRA ALVES  
Relator



#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional  
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (PABX-(061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 225-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral em exercício

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

Ag. 131.049-9-SP

Agte.: Estado de São Paulo (Advs.: Durval Zabeu e outros). Agda.: Prefeitura Municipal de Araraquara (Adv.: Ilson Wajngarten).

**Despacho:** - Vistos. Tendo sido admitido o recurso especial, conforme dá notícia a decisão de fls. 169, sejam estes autos encaminhados ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, para que sejam apensados aos autos principais. Julgado o REsp e certificado o julgamento, retornem estes ao Supremo Tribunal Federal, para apreciação do agravo.

Publique-se.

Brasília, 17 de abril de 1991.

Ministro CARLOS VELLOSO  
Relator

(\*) - Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.J. de 03/05/91.

AG. 136.031-3 (AgRq) - SP

Agte: Estado de São Paulo. (Advs: José Ramos Nogueira Neto e outros) Agda: Costa Café Comércio Exportação e Importação Ltda. (Advs: Francisco Prado de Oliveira Ribeiro e outros).

**Despacho:**

01. Na hipótese dos autos, nada há a reconsiderar.

02. Declaro-me habilitado a relatar o agravo regimental interposto e a proferir voto.

03. Ao Gabinete para as providências cabíveis, objetivando o julgamento pela Turma.

04. Publique-se.

Brasília, 29 de abril de 1991

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

Ag. nº 137.416 - 1 - RJ

Agte.: Benito Fontes Monteiro (Advs.: Antônio Lopes Noleto e outros); Agdo.: Banco do Brasil S/A (Advs.: Leopoldo Miguel Baptista de Sant'Anna e outros).

**DESPACHO:** - A singela petição de agravo de instrumento não satisfaz os requisitos do art. 523, do CPC -- dela não constam a exposição do fato e do direito, nem as razões do pedido de reforma da decisão agravada.

Incide, na espécie, o enunciado da Súmula 287.

Nego seguimento ao agravo.

Brasília, 19 de abril de 1991.

Ministro CÉLIO BQRJA  
Relator

(\*) - Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.J. de 03/05/91.

#### RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RE 113.828-9 - SP

Recte.: Progrêso de São Bernardo do Campo S/A. (Adv.: Celso Seixas Ribeiro Bastos). Recdo.: Bankinvest Ltda. (Adv.: Sauro-G. Lima).

**DESPACHO:** - J. aos autos.

- Sobre a petição do recorrido referente à desistência do recurso e documentos que a instruem, diga a recorrente, em dez dias. (10)

Brasília, 19 de abril de 1991.

Minsitro NERI DA SILVEIRA  
Relator

RE 117.583-4/RS (ARv 15.413-7)

Recte.: União Federal. Recdos.: Motorsul Representação Ltda. e outros (Adv.: Armando Casa).

**Despacho:** - Em sessão de 19 de abril de 1990, o Supremo Tribunal, em Plenário, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 117.315, de que foi Relator o eminente Ministro MOREIRA AL



PROCESSO : RR - 026055 / 91 - 4 . TRT DA 13a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
RECORRENTE : JORIO CAVALCANTE DE QUEIROS  
ADVOGADO : JURANDIR PERES DA SILVA  
RECORRIDO : SOCIEDADE ANONIMA DE ELETRIFICACAO DA PARAIBA - SAEIBA  
ADVOGADO : CLARA LUCIA C. COSTA CAMPOS

PROCESSO : RR - 026059 / 91 - 3 . TRT DA 03a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
RECORRENTE : BANCO EUROPEU PARA AMERICA LATINA S/A - BEAL  
ADVOGADO : GUSTAVO A. ROCHA DE A. BRANCO  
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE  
BELO HORIZONTE  
ADVOGADO : JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR - 026074 / 91 - 3 . TRT DA 13a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DO  
ESTADO DA PARAIBA  
ADVOGADO : ERISVALDO GADELHA SARAIVA  
RECORRIDO : BANCO BANORTE S/A  
ADVOGADO : MARIA DE LOURDES S. V. GOMES

PROCESSO : RR - 026180 / 91 - 2 . TRT DA 02a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
RECORRENTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A  
ADVOGADO : DURVAL GONCALVES NETO  
RECORRENTE : RICARDO ROBERTO KRUSNAUSKAS E OUTROS  
ADVOGADO : ANIS AIDAR  
RECORRIDO : OS MESMOS

PROCESSO : RR - 026201 / 91 - 9 . TRT DA 12a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
RECORRENTE : ELVIS PEREIRA MONTES  
ADVOGADO : JOB GONCALVES FILHO  
RECORRIDO : CONSTRUTORA TECHNIK LTDA E OUTRA  
ADVOGADO : SYLDONIR MUNHOZ

Brasília, 02 de maio de 1991.

JORGE ALOISE

Diretora da Secretaria da Turma

## Superior Tribunal Militar

### Presidência

ATOS DE 03 DE MAIO DE 1991

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Nº 9.334-USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Memo nº 109/91-DIFIN-SEPAG, de 26 ABR 91, resolve

DESIGNAR, a partir de 02 MAI 91, a Técnica Judiciária, classe "B", referência NS-19, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, YOSHIKO KATO, para exercer, em vaga decorrente da dispensa de Carmita Brugnara Chelotti, o encargo de SUPERVISOR III, da Seção de Pagamento de Pessoal, Material e Serviços da Diretoria de Finanças, previsto no Ato nº 7.990/87. Em consequência, fica dispensada do encargo de SUPERVISOR II, do Setor de Pagamento do STM da mencionada Diretoria

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Nº 9.335-USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Memo nº 110/91-DIFIN-SEPAG, de 26 ABR 91, resolve

DESIGNAR, a partir de 02 MAI 91, a Auxiliar Judiciária, classe Especial, referência NI-34, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, ANA VALERIA RIBEIRO DA SILVA, para exercer, em vaga decorrente da dispensa de Yoshiko Kato, o encargo de SUPERVISOR II, do Setor de Pagamento do STM, da Seção de Pagamento de Pessoal, Material e Serviços da Diretoria de Finanças, previsto no Ato nº 7.990/87.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

### Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

#### CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

148-5 - DF - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Adv. Dr. Monclar da Rocha Bastos.

DECISÃO: STM, unânime, não conheceu do Conselho de Justificação e, por maioria, por incompetência do Tribunal para apreciá-lo, determinando a remessa dos autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Aeronáutica, para as providências cabíveis. (Sessão de 14.03.91).

EMENTA: CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO - Oficial da Aeronáutica submetido a Conselho de Justificação, a seu pedido, por ter sido considerado não habilitado para Curso que seja requisito indispensável à sua promoção. Pedido que se enquadra no inciso II do art. 2º da Lei nº 5.836/72. Entretanto, não se encontra emoldurado entre os casos de remessa ao E. STM - entre os agasalhados no inciso V do art. 13 da mesma Lei - o dis-

posto pelo item II do art. 2º da retromencionada legislação. Por unanimidade, esta Corte não conheceu do Conselho e por maioria por incompetente para apreciá-lo, devendo os autos serem devolvidos ao Sr. Ministro da Aeronáutica para que S. Exa. adote as medidas administrativas que julgar cabíveis.

#### HABEAS CORPUS

(Publicação para fins do art. 145, do RI/STM).

32.693-6 - PR - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Pacte.: Claudinei Marques da Silva, Sd. Ex., processado perante a Aud. da 5ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal em razão da decisão do STM proferida nos autos do HC nº 32.679-0; pede a concessão da ordem para que seja anulada a Ação Penal sem renovação. Impete.: Dr. Edgar Leite dos Santos.

DECISÃO: Por maioria, o STM homologou o despacho da Presidência, que denegou a ordem, sem adoção das duas linhas de ação propostas para o processo e julgamento dos feitos de deserção no Exército. (Sessão de 26.02.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Homologa-se despacho do Presidente, proferido nas férias, na forma dos arts. 470, parágrafo 2º, do Código de Processo Penal Militar, e 11, item XXXII, do Regimento Interno. Deserção. Ocorrência de repristinação

32.695-2 - SP - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Pacte.: Vanderlei José Pereira, Sd. Ex., condenado por Sentença do CPJ da 1ª Aud. da 2ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja anulado o processo "ab initio", sem renovação. Impete.: Dr. Ariovaldo Barioni Cambraia.

DECISÃO: Por unanimidade, o Tribunal conheceu do pedido e denegou a ordem, por falta de amparo legal. (Sessão de 12.12.90.).

EMENTA: HABEAS CORPUS - Impetração sob a alegação de estar o Paciente sofrendo constrangimento ilegal em razão de Sentença condenatória, prolatada por CPJ integrado por juiz-impedido. Decisório condenatório proferido a unanimidade de votos. Condição de impedido não declarada pelo juiz-militar e nem argüidas pelas partes, e que só veio a ser conhecida na sessão de leitura e assinatura da Sentença. Inocorrência de qualquer prejuízo para a Defesa com o voto condenatório daquele Oficial. Impossibilidade de atendimento da pretensão. Conhecido o pedido e denegada a ordem. Decisão unânime.

32.699-5 - RR - Rel. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Pacte.: Airton Sesse, Cb. Ex., denunciado perante a Aud. da 5ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja anulada a denúncia. Impete.: Dr. Edgar Leite dos Santos.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal referendou o despacho da Presidência, que denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 21.02.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. Não é o Habeas Corpus a via processual adequada para proclamar se o acusado é ou não inocente da imputação feita na denúncia. Não cabe habeas corpus se objetiva o trancamento da ação penal, quando a complexidade dos fatos requer aprofundado exame de provas, possível somente no curso da instrução criminal regular. Para o requisito ministerial basta a notícia concreta de ter havido lesões, remanescendo a comprovação para a instrução criminal. Denegada a ordem por falta de amparo legal, ad referendum do Tribunal. Decisão homologada por maioria.

32.707-0 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Pacte.: Enio Reinaldo Frischeisen, Capitão-de-Fragata, respondendo a processo perante a 2ª Aud. de Mar. da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal, no que pertine à sua pessoa. Impete.: O Paciente.

DECISÃO: por maioria, o Tribunal conheceu do pedido e denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 26/02/91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Impetração objetivando o trancamento da ação penal, sob o argumento de que nada foi provado, na instrução criminal contra o Paciente. Pedido instruído com peças processuais produzidas na fase cognitiva. Competência "ex vi legis" do Colegiado de primeiro grau de apreciar as provas produzidas na fase de conhecimento. Jurisprudência dominante demonstrando a impossibilidade, havendo crime em tese, de ser trancada a ação penal, na via sumaríssima do "writ", em julgamento antecipado da lide. Sobrestamento da ação penal militar, para aguardar a decisão final deste HABEAS CORPUS, inconveniente aos interesses desta Justiça Especializada, que deve ser célere para não ser injusta, a exigir pronto deslinde. Conhecido o pedido e denegada a ordem por falta de amparo legal. Decisão majoritária.

Brasília, 03 de maio de 1991. IZAURA LIMA DA SILVA ARAÚJO, Supervisora II em Substituição; SIRLENE GOMES DE OLIVEIRA, Supervisora III, LUIZ MALTA COELHO, Diretor da DIJUR

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### Pauta de Julgamentos


#### SEÇÃO DE ATAS

##### PAUTA Nº 051

- APELAÇÃO Nº 46.322-6 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advº Drª Tania Sardinha Nascimento.

- APELAÇÃO Nº 46.278-3 - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Advº Drª Eleonora Salles de Campos Borges.





# AQUI!

Você vai saber em qual DIÁRIO poderá encontrar a matéria de seu interesse!

## Diário Oficial da União

### • Seção I

Destina-se à publicação das Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Medidas Provisórias, Portarias e outros Atos Normativos de interesse geral.

### • Seção II

Destina-se à publicação de atos referentes aos servidores da Administração Pública Federal.

### • Seção I

Publica atos do:

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Superior Tribunal de Justiça
- c) Tribunal Superior do Trabalho
- d) Tribunal Superior Eleitoral
- e) Superior Tribunal Militar
- f) Ministério Público da União
  - Ministério Público Federal
  - Ministério Público do Trabalho
  - Ministério Público Militar
  - Ministério Público junto aos Tribunais de Contas
  - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
- g) Ordem dos Advogados do Brasil
  - Conselho Federal
- h) Ineditoriais

## Diário da Justiça

### • Seção II

Publica atos do:

- a) Tribunal Regional Federal
- b) Boletim da Justiça Federal
- c) Tribunal Regional do Trabalho
- d) Tribunal Regional Eleitoral
- e) Tribunal Marítimo
- f) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- g) Expediente Forense
  - Circunscrição Judiciária do Distrito Federal
- h) Ordem dos Advogados do Brasil
  - Seção do Distrito Federal
- i) Cartórios Extrajudiciais
- j) Ineditoriais